

A ausência de capital social como entrave a um possível arranjo produtivo local**The absence of social capital as entrusted to a possible local productive arrangement**

DOI:10.34117/bjdv6n12-363

Recebimento dos originais:19/11/2020

Aceitação para publicação:15/12/2020

Marcelo Ramao da Silveira Barbosa
Professor do IFMT Campus Cuiaba
E-mail:geomarcelo.silveira@gmail.com

RESUMO

Trata-se de estudo de caso, tendo como objeto de estudo o setor de base florestal, em Juína MT, como possível APL consolidado, devido à importância do setor para a economia local e a presença de migrantes sulista. Embasado em teorias ligadas a inovação territorial, capital social e arranjos locais como precursor do desenvolvimento endógeno e contínuo para outras cadeias, fato não comprovado durante a realização do mesmo, devido a baixa densidade social encontrada no setor durante as pesquisas realizadas. Como ambiente aberto a incorporação de novas tecnologias e novas formas de gerir o espaço.

Palavras-chave: arranjo produtivo, base florestal, capital social.

ABSTRACT

This is a case study, whose object is to study the forest-based sector in Juína MT, as possible consolidated APL, due to the importance of the sector to the local economy and the presence of southern migrants. Based on theories related to territorial innovation, social capital and local arrangements as a precursor to endogenous and continuous development for other chains, a fact not proven during the realization of the same, due to the low social density found in the sector during the surveys.

Keywords: productive arrangement, forest base, social capital.

1 INTRODUÇÃO

A competitividade e a globalização de mercado apresentaram grandes avanços tecnológicos nas últimas décadas, dessa forma, as empresas em locais menos conectados com essas realidades, encontraram a necessidade de se articularem, para que suas atividades não percam competitividade. Dessa forma a capacidade de gerar inovação e a integração entre instituições é fundamental para a sobrevivência dos negócios, e uma das formas de organização e fortalecimento de determinado setor

da economia é a formação de arranjos produtivos locais, esses arranjos dão dinamismo aos ambientes em que eles se instalam.

O sistema capitalista é regido não só por uma lógica funcional, na qual se define a divisão espacial do trabalho, mas também pelos princípios de uma lógica territorial que coloca em ação as interdependências de variáveis que se combinam em um meio local para a manifestação do processo inovador (MAILLAT, 1992), que pode eclodir em arranjos.

Arranjos produtivos locais incluem diversas atividades produtivas interagindo entre si em processo de aprendizagem coletiva e tecnológica, em cujo ocorrem inovações em novos produtos e novos processos. (Dalla Vecchia, 2006, p. 35). Depreende-se que a formação de arranjos produtivos pode fortalecer o setor de atuação em que ele eclode, pode gerar emprego e renda para a população, contribuir para dinamizar o território e gerar desenvolvimento local e regional. Quando a dimensão social é relegada a um papel secundário no processo de inovação, maiores serão os riscos, as crises, a vulnerabilidade e a incerteza dos frutos obtidos desse processo, em termos de qualidade de vida e bem estar.

O meio local ganha *status* como unidade sistêmica, por meio de identidade coletiva ao território (PERRIN, 1995). O processo de inovação tecnológica de uma coletividade, parte da identificação de necessidades e potencialidades do sistema produtivo local, para avançar na realização de um projeto coletivo de desenvolvimento e um processo interativo de aprendizagem coletiva.

O meio local que incorpora a inovação propagada do meio inovador, busca estabelecer um mínimo de concordância entre as relações sociais de produção internas e as novas forças produtivas incorporadas, para alcançar a melhoria do desempenho produtivo (RANGEL, 1982), havendo tendência para o abandono das relações sociais anteriores (QUEVIT, 1991). Nesse processo de adequação, as condições históricas de organização social podem atribuir fortes ou fracas potencialidades para absorver a inovação, constituindo as forças internas pré-estabelecidas (RANGEL, 1982).

O noroeste de Mato Grosso passou a ser mais ocupado, pelo não nativo, a partir da eclosão de políticas gestadas e executadas pelo Governo Federal, no último quarto do século XX. Do mesmo modo o estado de Mato Grosso, por meio da CODEMAT, que atuou no processo de ocupação de áreas marginais, como no caso de Juína.

Como corolário do “Projeto Juína”, desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), que objetivou implantar uma cidade no meio da floresta amazônica mato-grossense e na divisa com o estado de Rondônia (IBGE, 2017). O setor madeireiro foi

dos primeiros a se consolidar, devido à posição estratégica e abundância de essências florestais, de diversas durezas e aproveitamentos. A herança herdada pelo território, a madeira foi explorada tanto regular, quanto irregularmente até a entrada em vigor do código florestal em 1988, momento em que houve retração número de empresas, devido aos maiores rigores legais e dificuldades econômicas. O rigor do código determinou o fechamento de empresas em não conformidade às leis ambientais vigentes, além do mercado cada vez mais seletivo quanto à origem da madeira e a destinação dos rejeitos das serrarias.

O meio territorializado apresenta-se com de 54 empresas ligadas diretamente ao setor de base florestal, associadas ao Sindicato das indústrias madeireiras e moveleiras no noroeste de Mato Grosso (SIMNO). Outras tantas ligadas indiretamente. O Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior (MDIC), por meio de pesquisas relatou que estava em desenvolvimento um APL no ano de 2008.

O setor de base florestal apresentava, em 2015, especialização produtiva em três setores, levando em consideração a metodologia de Índice de concentração normalizado (ICN), sendo eles: Desdobramento; Comércio atacadista e Fabricação de produtos de madeira, exceto móveis. Conforme reportou em 2015, Teixeira e Figueiredo, Juína já constava como parte do arranjo produtivo local de madeira e móvel da região noroeste de Mato Grosso. Estudos preliminares afirmavam que já havia um arranjo produtivo, no setor de base florestal, mas ao estudar o tema, percebeu-se que o sistema produtivo local não apresentava inovações tampouco sinergia entre os empresários do setor, vez que a falência de inúmeras madeireiras locais levou a algumas indagações que serão respondidas no decorrer do trabalho: embasado nessas informações buscou responder a seguinte indagação: A cadeia produtiva da madeira no território de Juína – Mato Grosso pode ser considerada um arranjo produtivo local (APL)? As relações tecidas, entre os atores do meio, gerou capital social, inovando na gestão dos negócios e pôde se configurar um APL?

Dessa forma procurou se nesse trabalho, por meio de pesquisa direta: a) Verificar a densidade social da cadeia produtiva da madeira; b) Classificar o nível de interação entre os atores do setor de base florestal.

2 EMBASAMENTO E ANÁLISE

A grande competitividade das empresas e territórios faz com que se organizem para se fortalecerem e continuarem no mercado, uma forma de organização de empresas é a formação de arranjos produtivos locais, ou simplesmente, APL. Entre os principais objetivos dos arranjos está o de melhorar as vantagens competitivas das empresas que os compõem (BRITO; LEITE, 2008). Teixeira

e Nascimento Filho (2007), relatam que os APLs têm como objetivo promover a competitividade e a sustentabilidade dos Micro e Pequenos negócios.

Britto e Stallivieri (2010) entendem que o APL é uma aglomeração de agentes econômicos, políticos e sociais que apresentam sinergia em torno de atividade específica, apresentando relações de dependência e de vínculos recíprocos, que permitem a inovação tanto no processo quanto na gestão. Vasconcelos *et al.* (2005) são sucintos, ao afirmar que os arranjos produtivos locais são concentrações de empresas, instituições e governo em torno de um setor produtivo comum. Entre as definições de conceito de arranjos produtivos locais, uma das que possuem maior disseminação pertence à Rede de pesquisa e informações sobre arranjos inovativos e produtivos locais (REDESIST).

Os APLs geralmente eclodem espontaneamente, como necessidade meio, resultada de união informal e desordenada, entre empresários que precisam se articular para resolver problemas comuns identificados que afetam a maioria. Seguindo o que defende Dalla Vecchia (2006), os APLs se desenvolvem em ambiente cooperativo, interação e confiança entre os atores ligados ao setor.

Conforme define Britto (2004), o arranjo produtivo se consolida quando o ambiente apresenta condições sócio-político-cultural favorável, além das condições econômicas, a presença destas condições forma o “capital social” que atua fortemente na articulação do arranjo. Vasconcelos *et al.* (2005), afirmam que, a origem de aglomerações de empresas ocorre por características que ele chama de “segunda natureza” de uma região, como a proximidade de demanda, custos de transporte e economia de escala. Porém, apenas essas características não são suficientes para definir uma aglomeração como um arranjo produtivo local, é necessário que exista uma “cola social”, que é a existência de relações entre as empresas do setor e as relações destas empresas com outras instituições e organizações públicas e privadas.

Teixeira e Nascimento Filho (2007), também destacam que para que o APL tenha sucesso é necessária visão coletiva e disponibilidade a mudanças por parte dos líderes das empresas. Vasconcelos *et al.* (2005) afirmam que, os arranjos produtivos diminuem as incertezas do setor, visto que o aglomerado contará com regras, leis, normas e costumes que sevem como parâmetros para as tomadas de decisões, eles também ressaltam que há redução de custos e maior agilidade e facilidade na comunicação, visto que os atores estarão delimitados a uma determinada região. O maior benefício da aglomeração é a transmissão do conhecimento tácito, ou seja, o conhecimento que não está codificado em livros e manuais, esse tipo de conhecimento tem a capacidade de disseminar, rapidamente, meios de inovação entre as empresas do arranjo e torná-las mais competitivas.

O termo capital social é um dos termos mais estudados em ciências sociais, pois abrange a formação de redes de relacionamento entre os atores, que tem o poder de fortalecer os setores de atuações. Putnam (2006, p. 177) escreve que, o capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. A definição de capital social, quando voltado à economia frequentemente enfatiza a importância de relações entre os participantes:

As populações precisam mover seu próprio capital social, visto que o desenvolvimento nasce na escala local, onde os indivíduos se unem de forma cooperativa e participativa, em busca de objetivos comuns a eles (DUQUE, 2003). O capital social é o conjunto de normas e redes sociais que facilitam a cooperação entre os atores envolvidos, pois ocorre à diminuição de custos para se metabolizar novas informações. A formação de redes surge pela interação de indivíduos que apresentem similaridade sobre ponto de vista e localização geográfica (MARTELETO; SILVA, 2004, p. 44).

Capital social não sofre depreciação com o tempo, ao contrário, ele se valoriza ainda mais, outro ponto a se destacar é que o mesmo é construído coletivamente, nas relações sociais presentes nas comunidades. Quanto maior a densidade social, maior é a possibilidade de ele ter seu início e não ter fim (BARBOSA; LE BOURLEGAT, 2004).

A globalidade permite articulações profundas, mesmo entre lugares distantes, nos espaços constituídos em rede. Nas condições anteriores, de menor conectividade dentro do planeta, os lugares interagiam com maior intensidade, condicionados apenas pela proximidade espacial, pelas distâncias métricas, euclidianas, em um espaço contíguo e contínuo. As relações eram mais intensas nos microespaços e mesmo as relações supra-locais eram organizadas a partir desse princípio de contiguidade e continuidade. O processo inovador propagava-se através desses mesmos princípios de estruturação do espaço banal. (BARBOSA; LE BOURLEGAT, 2004).

De acordo com Lemos e Diniz (2005), o território é um espaço econômico socialmente construído, onde ocorrem diversos fatores, entre eles, os recursos naturais, valores e regras culturais do seu povo, arranjos institucionais e formas de organizações sociais de produção.

Pires *et al* (2006) ensinam que territórios são espaços socialmente organizados, capazes de utilizarem os bens e demais ativos, e potencializarem as inovações e relações entre as empresas e a população presente neste local. desenvolvimento depende da forma em que a sociedade organiza a produção social, além da participação social das pessoas nos debates em busca de uma meta comum, que segundo o autor se concentra no tripé da sustentabilidade, com o desenvolvimento socioeconômico territorialmente equilibrado, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Para entender melhor o que é território, é necessário compreender que a confiabilidade dos dados está diretamente relacionada ao tamanho do território estudado, quanto maior a escala, mais confiáveis serão as informações, sendo que, das três variáveis presentes, a física, a biológica e a humanas, a variável humana é a mais importante, pois proporciona a resposta de como o homem se relaciona com seu território (BARBOSA, 2016).

O território é algo que pode ser definido mais como uma relação entre sentimentos e espaço, ou seja, intangível, do que propriamente um local determinado, o território é um espaço onde a identidade do indivíduo é formada, onde ele se sente pertencente (SAQUET; SPOSITO, 2009). Também traz consigo o histórico de todas as pessoas que ali viveram, assim como as consequências das diversas formas de relações possíveis de ocorrer em um meio, tais como econômicas, sociais e políticas, o território é então o resultado da organização social presente no espaço (ETGES, 2005). Dessa forma, pode se entender que, para eclosão e manutenção de arranjo alguns fatores devem estar presentes no meio que pretende inovar: o território, à vontade, a necessidade, a governança e o capital social.

Em conformidade a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1997), a inovação nas organizações é importante, pois, programa novas práticas para a empresa desempenhar suas atividades de maneira mais eficiente. Portanto esta inovação pode facilmente ser disseminada entre diversas empresas de um arranjo produtivo, para que sistematicamente ocorra um fortalecimento na gestão das empresas e fortalecendo o setor.

Teixeira e Nascimento Filho (2007) concluem, que a inovação tecnológica, é uma das formas de inovação, desempenha papel fundamental na origem e evolução do APL, pois um dos benefícios é a economia de escala, que deve ser atingida com a aglomeração destas empresas, facilitando a sustentabilidade da cadeia produtiva.

A era do conhecimento, advinda com novo milênio, trouxe a necessidade de pensar a inovação de forma diferente, desenvolvendo políticas públicas e privadas que reformulassem a maneira de adquirir e repassar o conhecimento, pois a inovação foi anteriormente tratada como uma responsabilidade de instituições de pesquisa, e focadas apenas em áreas isoladas dentro de setores macros. O conhecimento e as inovações eram então repassados de forma linear para os demais atores, criando uma hierarquia que por muitas vezes prejudicava a disseminação de informações. Já as novas políticas disseminam que a principal maneira de estimular a inovação e difusão de conhecimento é a organização sistêmica de todos os agentes envolvidos, estimulando as relações e difusão dos conhecimentos tácitos e codificados (LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

Em suma é essencial a busca por novos processos ou produtos, para que ocorra a melhoria da eficiência, produtividade, e competitividade entre as empresas. Mas para que a inovação seja colocada em prática, é necessária a constante busca por conhecimento e capacitação tecnológica, não só nos processos na forma de produzir, mas, também, na forma de cooperar com o desenvolvimento do território.

3 MÉTODOS

Este trabalho teve foco na abordagem qualiquantitativa, buscando visão sistêmica do problema estudado, em que o procedimento da coleta de dados foi composto de perguntas abertas e fechadas, realizadas por meio de entrevista semiestruturada, vez que se fez necessária a adoção das abordagens em conjunto, para que possam ser estabelecidas correlações entre as variáveis observadas.

Constou de três etapas distintas e concomitantes, a primeira consistiu no levantamento bibliográfico, tais quais: Arranjos Produtivos Locais, Meios inovadores e desenvolvimento local. A primeira etapa basicamente se deteve na busca de fontes secundárias. A segunda etapa se desenvolveu com a pesquisa direta aos envolvidos na cadeia da madeira no território de Juína. Foram entrevistados quinze empresários da cadeia que serão descritas. A terceira etapa consistiu na aproximação entre a teoria encontrada e os dados levantados nas pesquisas. Tendo como lastro as teorias e os levantamentos dos dados construiu-se o trabalho apresentado.

Trata-se de pesquisa exploratória, para tal foi realizado estudo de caso no universo amostral composto por 15 empresas associadas ao SIMNO, no município de Juína/MT, com entrevistas feitas diretamente aos empresários, e após a tabulação e análise dos dados, chegou-se à conclusão de que se a cadeia produtiva da madeira possui características de um arranjo produtivo local já conformado ou ainda não atingiu esse nível. Este trabalho também se caracteriza como descritivo-analítico, pois de posse do conteúdo adquirido com a pesquisa exploratória por meio de realização das entrevistas, as informações foram assim organizadas e compiladas, buscando os dados de interesse para realização do presente trabalho e descrevendo os resultados encontrados.

Como técnica de coleta de dados foi realizada entrevistas semiestruturadas, com 20 perguntas, todas foram lidas aos entrevistados e citadas alternativas para melhor esclarecimento dos temas abordados. Com 10 perguntas objetivas e 10 abertas, para que o entrevistado pudesse responder livremente aos quesitos indagados.

De 54 empresas associadas ao SIMNO, identificou-se por meio de consultas societárias ao site da Receita Federal do Brasil e pelos números de telefones vinculados a essas empresas. Verificou se

que uma mesma pessoa física controlava duas ou mais pessoas jurídicas, perfazendo 23 empresas enquadradas nessa situação.

Como condição para entrevistas, realizadas diretamente com os proprietários, nesse trabalho foram colocadas três condições básicas: ser associada ao SIMNO, sediadas no território de Juína e que se tivessem CPF vinculado à outra empresa, seria apenas uma entrevista. Após a triagem sobraram 23 empresas que se enquadraram nos quesitos elencados, amostragem deste trabalho é não probabilística e, como universo foi selecionado, por conveniência, 20 empresários, atingindo margem de erro em torno de 10,65%, com confiança em 99%. Visitou-se 23 empresas e entrevistou-se 20 empresários, atingindo 86,95% do universo. Todas as empresas estão no mercado há mais de cinco anos.

Antes das visitas exploratórias houve comunicação do SIMNO de que pesquisadores visitariam as empresas, já elencadas, para o levantamento que se fazia necessário. Das 20 empresas selecionadas, 16 estão ligadas extração e desdobramento enquanto 4 se destacam na fabricação de móveis. A maioria das empresas, associadas ao sindicato, realizam atividade extração e desdobramento, a mão de obra nessa fase exige baixa qualidade técnica ao se comparar com as demais fases do setor, como na fabricação de móveis ou de itens de decoração, que exigem maior capacitação dos colaboradores e/ou uso de máquinas e equipamentos mais sofisticados. Nessa fase foi percorrido cerca de 150 quilômetros, entre os dias 25 de setembro a 20 de março de 2018, além de cinco visitas nas assembleias mensais no sindicato.

Juína era um espaço novo a ser incorporado ao sistema produtivo de âmbito internacional, uma vez que esse lugar novo exigia novas formas de relação do homem com o meio e conforme nos relata SANTOS (1999, p. 279) que aos migrantes no novo lugar “cabe-lhes o privilégio de não utilizar maneiras pragmáticas e passivas o prático inerte- de outros lugares – de que são portadores e seus discursos são menos contaminados pelo passado e pela rotina”.

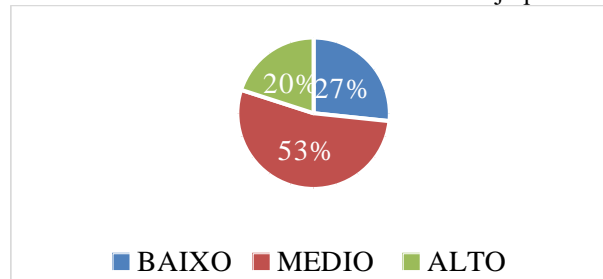
Os entrevistados são, em sua maioria, migrantes sulistas, 16 ao todo, que chegaram ao município incentivado por políticas federal ou estadual de ocupação, chegando à Juína no decorrer dos anos 70, do século XX. Historicamente, os habitantes do sul do Brasil possuem maior facilidade em trabalhar as relações sociais, cooperativas ou associativas, um exemplo disso é o cooperativismo de crédito, que no Brasil surgiu no estado do Rio Grande do Sul, iniciado pelo padre suíço Theodor Amstad e propagou além-fronteiras para Santa Catarina e o Paraná. Essas características e a importância do setor de base florestal, levou a sugerir que o fato de que a maioria dos empresários serem oriundos destes estados, e que tivessem facilidade em trabalhar em conjunto, como característica

herdada, como um APL. Em relação aos quatro empresários nascidos em Juína, fazem parte da primeira geração de migrantes deslocados do sul do país.

Das 23 empresas selecionadas para a pesquisa, apenas uma delas exporta e as demais abrangem escala estadual e federal tal fato decorre, segundo alguns entrevistados, por variados motivos, tais quais: a falta de conhecimento dos procedimentos para exportar, falta de financiamentos para exportação, escala de produção. Nesse ponto se identifica a fragilidade nas relações de cooperação entre as empresas, pois os madeireiros têm um produto que o mundo quer, mas eles não sabem como e onde vender.

Quando indagados sobre o nível de conhecimento sobre arranjos produtivos locais, 80% dos empresários definiram como baixo ou médio. O simples fato de não conhecer as características de um APL dificulta a eclosão de redes sociais e arranjos no setor de base florestal.

Gráfico 1 - Nível de conhecimento sobre arranjo produtivo local



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Os empresários entrevistados apresentaram dificuldade em definir o conceito de inovação, sendo que apenas dois entrevistados definiram conceitos diferentes dos que foram levados como sugestões, e estes responderam que inovação se dá em atualização de maquinários, como a compra de equipamentos mais ágeis, rápidos e econômicos.

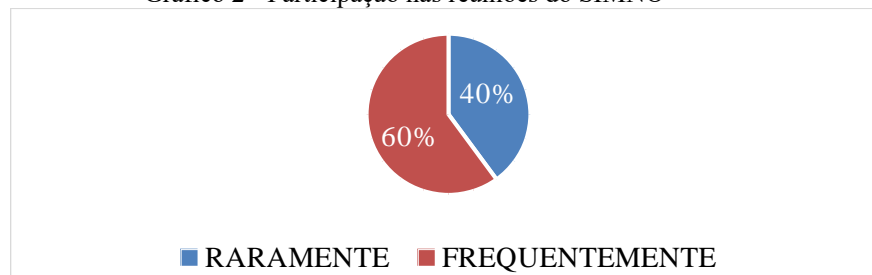
Entre os que escolheram as respostas sugeridas, o conceito que obteve maior aderência foi de que a inovação se dá quando se melhora um produto ou processo que já existe na empresa, como por exemplo, novos *layouts* de produtos, uso de novas matérias primas, melhoria na eficiência na confecção dos produtos, redução de desperdícios, entre outros, enquanto na segunda posição ficou o conceito de que a inovação seria a criação de produto ou processo que ainda não exista na empresa, como por exemplo a fabricação de novo produto, ou nova maneira de fabricação,. A inovação poderia vir da maior cooperação entre os empresários.

A participação em entidades sociais pode ser prognóstico para a eclosão do capital social latente no meio e que, diante das necessidades, cooperem por inovar. E em geral os empresários apresentam

nível razoável de participação nas entidades sociais, o que é algo positivo para o surgimento e desenvolvimento de um APL, já que as relações de confiança, cooperação e compartilhamento de informações são mais intensas em agrupamentos sociais e deles extrapolar para associações econômicas.

Por unanimidade os entrevistados afirmaram que o SIMNO é um sindicato forte e representativo, segundo eles, contribui positivamente para a melhoria dos ambientes de negócios, e defesa da classe empresarial, representando os interesses dos empresários junto ao setor público e buscando soluções para as dificuldades enfrentadas pelo setor, porém 40% deles responderam que raramente participam das reuniões mensais promovidas pela diretoria, mesmo sendo oferecido local agradável na sede do SIMNO e jantar ao final dos encontros. Esses dados evidenciam que parte considerável dos empresários apenas paga a mensalidade do sindicato, sem que de fato atuem junto a ele para dinamizar o setor. Durante as reuniões poucos presentes se manifestam quando a palavra é aberta aos associados. A maior presença dos associados ocorre quando há embargos, pelos órgãos competentes, das atividades empresas extrativas da madeira, sendo que o maior serviço procurado no sindicato é o jurídico.

Gráfico 2 - Participação nas reuniões do SIMNO

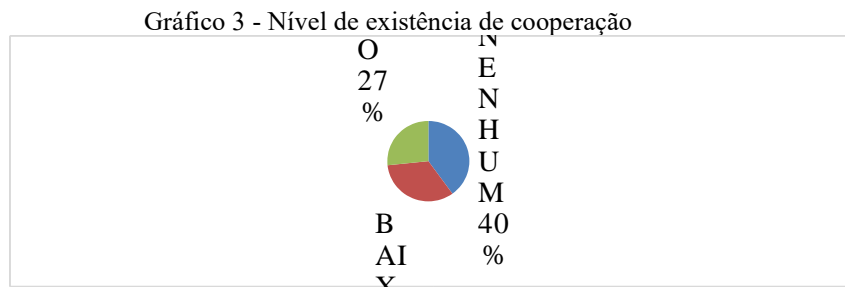


Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

As pesquisas demonstraram que as empresas, em sua maioria, não têm a prática de cooperar, sendo que 73% dos entrevistados afirmaram que o grau de interação entre os empresários é baixo ou nenhum, relatando que o único contato entre eles ocorre nas reuniões mensais do sindicato, mas que não conversam sobre a inovação no setor, tampouco discutem estratégias de expansão, em conjunto, com a união entre eles para galgarem mercados mais amplos ou mais específicos. Se não houvesse as reuniões no sindicato o relacionamento entre os associados seria menor.

A baixa densidade relacional entre os associados é um dos entraves a melhora contínua do setor, que está estagnado já a algum tempo, percebendo-se a diminuição de empresas nos últimos anos, deixando para trás imensos galpões feitos de madeira e enormes pilhas de pó de serra e outros rejeitos.

O maior de todos os problemas está na decida da Vanzela em que houve descarte de milhares de metros cúbicos de serragem em área de preservação permanente.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

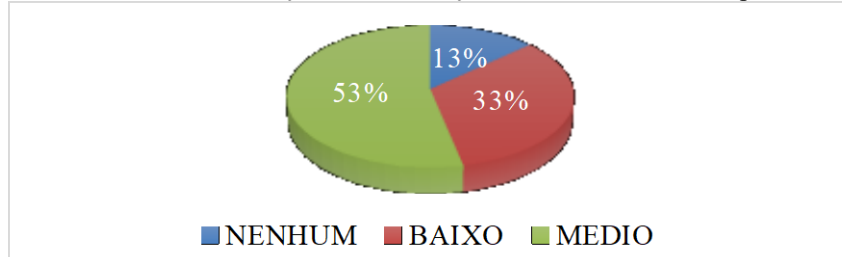
Como já se viu a eclosão de APL pode ser de maneira endógena ou de forma exógena, a primeira ocorre quando os atores de um setor decidem cooperar para inovar, o segundo ocorre quando a eclosão ocorre com a participação de agentes externos, tais quais: universidades, centros de pesquisa, governanças e por muitas vezes o poder público pode coordenar os demais atores e viabilizar itens como: diminuição de barreiras comerciais, tarifaria e sanitárias, melhoria da logística, entre outros fatores.

Como se identifica, não há política de apoio ao setor de base florestal, embora seja ele um dos maiores geradores de renda e empregos no território de Juína. Linhas de créditos para as atividades desempenhadas em determinados territórios pode servir como ponta de lança para dinamizar uma atividade econômica, a pesquisa demonstrou que não há linhas de créditos nem em instituições creditícias governamentais, tampouco em instituições privadas, tal fato decorre de duas prováveis causas: primeira, os madeireiros não precisam de aporte financeiro externo; segundo, que as normas, mais rígidas, para a liberação de recursos pode ser fator de recursos, como em lista suja.

As IF atendem aos empresários nos serviços básicos, como conta corrente, cartão de crédito, antecipação de recebíveis e linhas de crédito para capital de giro. O fator que mais influência negativamente nas respostas, é a ausência de linhas de crédito específicas para o setor madeireiro, que possuam prazos e taxas acessíveis, para compra de capital imobilizado.

A falta de participação ativa das IFs como agente financiador das empresas do setor de base florestal, faz com que os empresários não coloquem em prática, possíveis projetos que tenham capacidade de melhorar a eficiência e a diversificação de produtos, devido à falta de recursos para estas implantações.

Gráfico 5 - Nível de interação com instituições financeiras no município

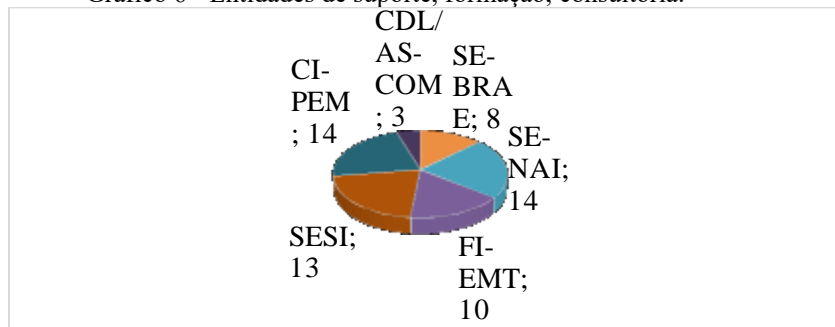


Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Contam com o apoio de órgãos ligados ao Sistema Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (FIEMT), como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que visa por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços como assistência ao setor produtivo, serviços de laboratório, pesquisa aplicada e informação tecnológica, a melhoria da produtividade nas empresas filiadas.

Outra entidade citada nas entrevistas é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que atua com foco no estímulo ao empreendedorismo e no desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, o Sebrae atua em: educação empreendedora; capacitação dos empreendedores e empresários; articulação de políticas públicas que criem um ambiente legal mais favorável; acesso a novos mercados; acesso à tecnologia e inovação; orientação para o acesso aos serviços financeiros (SEBRAE, 2018).

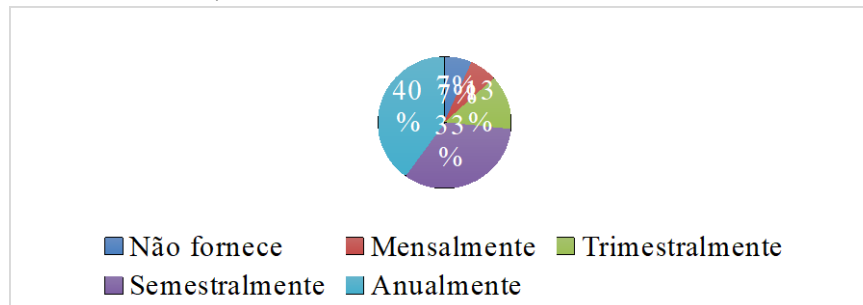
Gráfico 6 - Entidades de suporte, formação, consultoria.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Em relação à formação dos colaboradores e direção, os entrevistados deram respostas diversificadas quanto à periodicidade em que oferecem cursos de qualificação ou reciclagem a seus colaboradores. Entre as empresas 73% afirmaram que os cursos são ofertados pelo menos uma vez por semestre ou um por ano. Apenas um empresário disse não fornecer curso de capacitação.

Gráfico 7 - Periodicidade de oferta de treinamentos



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Três entrevistados disseram que já tiveram vínculos de estudo ou pesquisas com o IFMT, seja por meio de participação em trabalhos escolares, oferta de estágio ou outros, porém, no momento de realização deste trabalho, não havia nenhuma parceria em andamento entre as empresas e o Instituto Federal de Mato Grosso - Campus de Juína.

Para os empresários entrevistados, as maiores dificuldades para exercerem suas atividades são a carga tributária elevada, seguida pela alta burocracia gerada pela quantidade de documentos a serem emitidos para que a madeira possa chegar ao cliente, e por último as débeis condições de logística para o transporte da matéria prima e do produto industrializado.

Em conversa com um dos empresários, que inclusive já foi presidente do SIMNO, por dois mandatos, relata que a maior dificuldade encontrada é a imagem negativa do setor, embora a extração de essências florestais ocorra em áreas de planos de manejo, e mesmo que as empresas atuem em conformidades as normas e leis atuais, ocorre à associação de que o empresário do setor madeireiro é o algoz da conservação das florestas, herança negativa do passado, hoje as empresas trabalham em conformidade com as exigências legais e ambientais sofram por consequência da discriminação criada ao longo dos anos.

A divulgação em um arranjo produtivo deve proporcionar marketing coletivo, que beneficie todas as empresas pertencentes, visto que uma característica do arranjo é o cooperativismo. Através de um marketing bem feito é possível transmitir aos consumidores quais os ideais das empresas pertencentes. Em arranjos consolidados, esse marketing é feito por empresas contratadas que prestam serviços para todas as empresas integrantes do APL.

A divulgação dos produtos é importante para que os clientes conheçam e possam saber as características dos produtos, como comprar e as formas de pagamento. Na cadeia produtiva da madeira em Juína, apenas 40% dos empresários disseram divulgar de alguma forma seus produtos. Entre os meios de divulgação utilizados, o que obteve maior destaque foi o rádio, sendo um meio que não atinge uma escala territorial grande como os meios eletrônicos por exemplo. Apenas duas empresas

informaram que utilizam sites para divulgação, isso faz com que a exposição dos produtos da cadeia produtiva da madeira de Juína fique restrita a região de alcance das rádios e dos contatos efetuados por telefone ou e-mail com os consumidores em outras localidades.

Quando perguntado aos empresários entrevistados, o conceito de “capital social” a maioria atrelou o conceito de capital social, como sendo capital constante no contrato social e participação em empresas, quando na verdade, quando se trata do conjunto de fatores, entre eles estão às relações sociais juntamente ao capital físico, intelectual e econômico, que agindo em conjunto formam o capital social.

O território de âmbito local, é aquele percebido como espaço de vida e de trabalho pelos atores que compartilham uma história em comum, fruto de uma unidade resultante de certos traços de homogeneidade interna construída socialmente, espaço pelo qual esses atores nutrem um sentimento de pertença e de pertencimento, para tomar decisões sobre seus destinos.

São considerados recursos do sistema territorial local, não só os elementos materiais naturais (o solo, água, ar, minerais, a fauna e a flora) e os elementos materiais construídos (estabelecimentos industriais, serviços, infraestrutura técnica e de circulação), mas também e, sobretudo, os elementos imateriais sociais ou humanos, exemplificados pela cultura e relações socioeconômicas tecidas no local, regras em vigor, instituições e mesmo as diversas formas de poderes. Assim, incluem-se entre os elementos imateriais do meio, o aparelho produtivo, a cultura técnica, o espírito empreendedor, o tipo de prática organizacional, o comportamento empresarial específico de como se apropriar de tecnologia, de aprender a caminhar, de saber fazer (MAILLAT, 1995).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhos realizados anteriormente davam conta de que já se tinha arranjo no meio local. Como maioria dos empresários é proveniente de estados do sul do Brasil, berço de várias cooperativas agrícolas, de crédito e de arranjos produtivos, mas o que se percebeu, nas pesquisas a campo, é que o principal ingrediente para um APL, o capital social, não está presente no setor de base florestal. Não há entre os atores nenhuma cooperação tanto técnica quanto de pesquisa, atuam de forma isolada, não cooperam por inovar. Nesse processo de aprendizagem interativa não se envolve uma multiplicidade de agentes (universidades, órgãos de pesquisa, empresas e outros tipos de organização), cujos resultados são condicionados por vários fatores: (1) o tipo de informação tecnológica; (2) a qualidade dos canais de comunicação; (3) as competências e as capacidades de cada um dos agentes (FERRÃO, 2002), Para Ferrão (op. Cit), cada organização seria tão mais potencialmente inovadora, quanto maior a capacidade de recombinar essas diferentes fontes em função de objetivos específicos (Idem, 2002).

Pesquisas bibliográficas davam conta de que em territórios ocupados por migrantes sulistas, tem maior propensão ao trabalho em cooperação (BARBOSA, 2002), porém, esse trabalho cooperativo não se repete no território de Juína, mesmo que todas empresas estejam no mercado com tempo superior a cinco anos, sobrevivem trabalhando isoladas no mercado, pois os empresários pesquisados não apresentam cultura de trabalho conjunto.

Tabela 1- Fraquezas e fortalezas do sistema produtivo local

Pontos fortes	Pontos fracos
Potencial de interação	Baixa densidade relacional
Sindicato atuante	Má reputação do setor
Proximidade ao centro produtor	Falta de desafios para inovar
Precondições favoráveis ao associativismo	Baixa qualidade técnica da mão de obra
Sociedade ainda em formação	Leis ambientais mais rígidas
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia	Exagero de licenciamento (16 licenças)
Faculdades	Ausência de capital social
SENAI, SEBRAE e SENAC	Excesso de fiscalização
Possibilidade de aproveitamento dos rejeitos	Baixo nível de cooperação
Planos de manejos florestais	Distancia dos centros consumidores
Certificações ambientais	Passivo ambiental
Geração de emprego e renda, emprego direto e indireto.	Perda de essências florestais em pátio das madeiras.
Qualidade das essências.	Ausência de incentivos governamentais.
Quantidade das essências.	Baixa ou nula interação com instituições de ensino/pesquisa/extensão.
Capital social latente (migrantes sulistas)	Baixo investimento em marketing e propaganda.
Território amplamente aberto às inovações	Descarte dos rejeitos na natureza
Sem necessidade de destruição criativa	Baixa capitação de recursos no mercado.

Esse isolamento das empresas faz com que tenham menos força frente aos problemas de mercado, como por exemplo, a ausência de quantidade suficiente de produtos para conseguir efetuar exportação, sendo assim, quase a totalidade das empresas pesquisadas atinge no máximo a escala de comércio nacional.

Mesmo sendo declarado o nível de conhecimento médio sobre APLs, isso não está significando que as práticas que existem em arranjos consolidados estejam sendo aplicados na cadeia produtiva da madeira no município de Juína. A participação nas entidades sociais fica restrita a alguns setores, como religioso, poucas associações, e apenas uma cooperativa, e estas participações ainda não estimularam os empresários a buscar a união entre empresas, sendo que até mesmo no sindicato que representa o setor ocorre um alto índice de falta nas reuniões convocadas.

O poder público não oferece apoio aos empresários para o fortalecimento do setor de base florestal em Juína, essa ausência de apoio prejudica as empresas, pois terão menos forças para enfrentar barreiras tarifárias e ambientais, assim como ocorre a dificuldade de interlocução com novos mercados. As instituições de ensino e pesquisa também se encontram afastadas do setor de base florestal em Juína/MT, isso faz com que estrangulamentos desse setor fiquem sem soluções que poderiam ser buscados por meio de pesquisas aplicadas, assim como se torna mais difícil a ocorrência de inovações que possam mudar para melhor a realidade das empresas.

As instituições financeiras não fornecem linhas de crédito específicas para a cadeia produtiva da madeira, essa realidade pode ter como motivador o histórico desse setor, que sempre foi rotulado como um ramo que é agressor do meio ambiente, então as IFs por vezes podem ter receio de ter sua marca relacionada a empresas ou pessoas que participem de atos que degradem o meio ambiente.

Por último, um dado fundamental em arranjos produtivos locais, é a ocorrência de relações de confiança, cooperação e inovação entre as empresas do setor, fato que praticamente não acontece nas empresas estudadas, isso torna mais difícil a consolidação de um arranjo produtivo forte. O estudo da cadeia produtiva da madeira demonstrou que as relações entre os atores presentes são fracas, são ausentes as trocas, de qualquer natureza, entre os empresários, a fraca relação das empresas com instituições educacionais e de pesquisa, e até mesmo a inexistência de relacionamento com setores, como o governamental, de certa forma considerada como inimigos do setor, devido às fiscalizações.

A capacidade de incorporação tecnológica de cada meio local vai depender, em grande parte, do nível cognitivo médio predominante na coletividade, resultado de um conhecimento coletivo acumulado por um processo de construção social. Uma coletividade de nível cognitivo intuitivo-operatório reúne condições para que o processo de incorporação tecnológica ocorra através da cópia por imitação, desde que haja em um contato direto com o objeto da inovação.

Por outro lado, existem meios que apresentam pré-condições de incorporação de tecnologia de vanguarda, com base em um conhecimento coletivo de nível lógico-formal, com potencialidade para abstrair os princípios lógicos da inovação. Esse conhecimento codificado é absorvido por um conjunto de técnicos e intelectuais, com potencialidade para abstrair os princípios e propriedades específicas da inovação e a que ou a quem se aplicam de forma adequada às necessidades e potencialidades do meio. Rangel (op. cit.) chama esse processo de importação de tecnologia “em estado puro”, feito por meio de conjunto de intelectuais do sistema, sob a égide de simples informação ou acesso à documentação de um conhecimento formal (codificado).

É oportuna a realização de trabalhos que busquem caracterizar o ponto de vista dos outros atores que compõem a cadeia produtiva da madeira em Juína/MT, para que sejam expostas possíveis divergências ou até mesmo confirmar posicionamentos levantados no presente trabalho quanto às indagações realizadas aos empresários participantes das entrevistas.

Portanto, conclui-se que a cadeia produtiva da madeira no município de Juína ainda não possui características de um arranjo produtivo local já consolidado, visto que as relações ainda são fracas ou inexistentes em algumas áreas, não existindo, na maioria dos casos, relações de cooperação, confiança e inovação entre os envolvidos. Contrariando o que preconizava o MDIC em 2008 e conforme reportou em 2015, Teixeira e Figueiredo, Juína já constava como parte do arranjo produtivo local de madeira e móvel da região noroeste de Mato Grosso. O trabalho realizado, tendo como base o setor florestal, chegou à conclusão que diante dos fatos apresentados, não há no setor pesquisado um arranjo produtivo local.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. Condicionantes territoriais de um meio dinâmico em São Gabriel do Oeste – MS, Primavera do Leste e Lucas do Rio Verde, MT. In: **Workshop de ensino, pesquisa, extensão e inovação do IFMT**, 4, 2016, Cuiabá. ANAIS do IV WORKIF Workshop de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do IFMT Cuiabá: IFMT, 2016.

BARBOSA, Marcelo, LE BOURLEGAT, Cleonice. Meio Local e Lógica Territorial no Processo Sistêmico de Inovação. **I Seminário Internacional: O desenvolvimento local nas integrações estratégicas, instituições e políticas**. Rio Claro, 2004.

BRITO, A. de M.; LEITE, M. S. A. Discussão sobre as características dos diferentes arranjos empresariais. In: **Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP)**, 18, Rio de Janeiro, 2008. Anais, RJ, 2008. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_WIC_075_534_11343.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

DALLA VECCHIA, R.V.R. APL como estratégia de desenvolvimento regional e local. **Revista Capital Científico**. Guarapuava, v.4, n.1, p. 01-20, jan./dez. 2006. Disponível em: <<http://eng.aedb.br/faculdades/eco/ano4/ArranjosProdutivosLocaiscomoEstrategiadeDesenvolvimentoRegionalLocal.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2017.

FERRAO (org.) Políticas de inovação e desenvolvimento regional e Local. ICS. Lisboa. 1996. pp.53-70.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>>. Acesso em 26 dez. 2017.

IBGE. História de Juína. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/juina/historico>> Acesso em: 05 maio 2017.

MAILLAT, Denis. *Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção*. In Interações-Revista Internacional de Desenvolvimento Local. n.º 3, V 4. (Março 2002) Campo Grande: UCDB, 2002.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antônio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652004000300006>.

PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. In: **Geografia Associação de Geografia Teórica**, Rio Claro-SP, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pgdrf/files/2010/10/sem_elson.pdf>. Acesso em 11 set. 2017.

PIRES, Marcio de Souza. **Construção de um modelo endógeno, sistêmico e distintivo de desenvolvimento regional e a sua validação através da elaboração e da aplicação de uma**

metodologia ao caso do mercoeste. Tese: 2001 (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de pós-graduação em Engenharia de produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/80129>>. Acesso em 03 set. 2017.

RANGEL, Ignácio de Mourão. Dualidade e Ciclo Longo. In Revista Geosul, (3), p. 44-62, 1987.
_____. Ciclo, Tecnologia e Crescimento. S. Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
SEBRAE. O que fazemos. Disponível em:
<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos>. Acesso em 07 fev. 2018.

PUTNAM, Robert. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006.